A POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA CONTRIBUIÇÃO AOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS ASSOCIADOS-COOPERADOS DE ALGUNS EMPREENDIMENTOS DA REGIÃO NOROESTE GAÚCHO[1]

Caroline Goerck, *Fabio Jardel Gaviraghi*[2]

Este trabalho é uma pesquisa desenvolvida durante o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC –, de Graduação em Serviço Social da UNIJUÍ. Seu objetivo foi analisar como a Política Pública de Economia Solidária pode contribuir com os empreendimentos coletivos e solidários, visando a fortalecê-los diante do processo de reestruturação produtiva. O tema escolhido deve-se às transformações as quais vêm ocorrendo desde a segunda metade do século XX nos processos produtivos, caracterizadas pela automação, robótica e micro-eletrônica, que vem ocasionando a acentuação do desemprego, principalmente dos sujeitos menos qualificados. A Economia Solidária ressurge no Brasil, a partir da década de oitenta do século XX, como uma das alternativas de gerar trabalho e renda aos sujeitos. É a partir da experiência como entrevistador e também como estagiário do Serviço Social no componente curricular de Estágio Supervisionado II, que realizei na Incubadora de Economia Solidária da Unijuí, por intermédio de uma assessoria realizada pelo Serviço Social que desencadeou-se a escolha deste tema. Tais vivências possibilitaram-me perceber a importância que possui um fomento, um apoio, uma política que visa esse tipo de economia, ou seja, que reconheça esses sujeitos sociais, para que também possam ter seus direitos básicos da vida, já que estão desenvolvendo suas atividades não mais de acordo com a economia de mercado – apesar de estar inseridas na mesma, que visa somente o lucro e passa a gerar exclusão social, na qual a maioria da população se encontra. Respalda-se para este TCC o método dialético-crítico, tentando-se estabelecer uma aproximação com as categorias teórico-metodológicas Historicidade, Totalidade e Contradição. Foram definidas para estudo, num primeiro momento, as seguintes categorias teórico-temáticas: Reestruturação Produtiva, Economia Solidária, Política Pública de Economia Solidária. Em seguida foi realizada a coleta dos dados com a aplicação de dois formulários, por meio da técnica de entrevista, com os trabalhadores de três associações existentes na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul: Associação de reciclagem e Educação Ambiental Ecos do Verde, Associação Yucumã de Apicultores de Derrubadas e Unicoos - União cooperativa de serviços, totalizando 29 entrevistas. As informações qualitativas são interpretadas por meio da técnica de Análise de Conteúdo. Com a realização deste estudo pode-se verificar que a política pública de Economia Solidária, mesmo ainda em processo de implantação, já pôde contribuir com os empreendimentos econômicos e solidários, por meio da assessoria realizada pela Incubadora de Economia Solidária – pois tal programa existe em âmbito nacional. A Economia Solidária é "compreendida como o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária" (Atlas...2006, p.11). Por ser uma atividade econômica na qual o modo de organizar a produção é diferenciado do modelo

predominante existente, ou seja, visa a igualdade de direitos a todos, a Economia Solidária necessita de Políticas que são voltadas para esse novo tipo de economia, que crie ou redirecione as políticas existentes, as quais hoje são voltadas quase, exclusivamente, para o modelo econômico capitalista, que está gerando cada vez mais desemprego, pobreza e miséria. O governo atual está tendo iniciativas interessantes, pois já criou algumas políticas públicas que fomentam a Economia Solidária, e que aos poucos esta sendo apresentada para os empreendimentos e para a comunidade em geral. A Economia Solidária na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul está muito presente, pois existem diversos empreendimentos solidários, entre eles associações, cooperativas e grupos informais. Os empreendimentos coletivos solidários nesta Região possuem uma relevância muito importante, pois gera trabalho e renda para muitas famílias que sofrem as refrações da globalização, da reestruturação produtiva e as manifestações da questão social, principalmente o desemprego. Essa percepção foi possibilitada quando o acadêmico participou como entrevistador do mapeamento de empreendimentos de Economia Solidária, entre os meses de maio e agosto de 2005. Essa iniciativa é da Senaes (Secretaria Nacional de Economia Solidária), que mapeou nesta região, por intermédio da Incubadora de Economia Solidária da Unijuí, 276 empreendimentos. Percebe-se, por meio do mapeamento, que houve aumento nos últimos anos desses grupos autogestonários, tornando-se necessário, mais ainda, políticas públicas que sejam "alavancatórias" para esses grupos que, além de trabalho e renda, ajudam na redistribuição da renda. A região, por ser essencialmente agrícola, tem a maioria de seus empreendimentos na área rural – sendo que este setor vive em constantes crises. Na agricultura cresce cada vez mais os latifúndios que, pressionados pelo processo de reestruturação produtiva, vão aumentando suas tecnologias. Os pequenos agricultores estão unindo-se para conseguir cultivar as terras e gerar renda. A política pública pode contribuir com os associados, ainda, por meio de cursos destinados a eles, oferecendo formação em suas áreas específicas de produção e/ou comercialização, para que tenham espaço nas relações de troca do sistema capitalista. Os associados, por serem jovens em sua maioria e por terem um grau de instrução consideravelmente baixo, necessitam de apoio, e com isso, tendo mais oportunidades de gerar o seu próprio sustento e não precisando depender de ações ou programas assistenciais – referentes à transferência de renda. As contribuições podem ser pela efetivação de uma política pública de fomento à Economia Solidária, além do trabalho que já vem sendo desenvolvido pelas assessorias prestadas pela Incubadora de Economia Solidária – sendo que esta foi de extrema importância aos grupos pesquisados que obtiveram esta assessoria. Também refere-se a necessidade de criar e/ou modificar leis que sejam condizentes com a realidade destes empreendimentos, seja quanto a impostos pagos por eles, bem como a forma de contribuição à Previdência Social. Os integrantes dos grupos coletivos e solidários, em sua maioria, sofrem com as manifestações da questão social. São pessoas excluídas socialmente e que vivem à margem da sociedade, pois não tem de onde prover o seu sustento, sofrendo com o desemprego e, sendo assim, necessitam de uma ação profissional do Assistente Social. Em relação à realidade de exclusão, o profissional assistente social, por meio de seu projeto ético-político dos profissionais de Serviço Social, materializado pelo Código de Ética de 1993, trabalha na ampliação e consolidação da cidadania. Além disso, o Serviço Social possui como princípios, o posicionamento a favor da igualdade e da eqüidade

social, opção por um projeto social, vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero (CFESS, 1993). O Serviço Social, portanto, pode ser uma das profissões com possibilidades de contribuir com as experiências de geração de trabalho e renda – que constituem a Economia Popular Solidária –, visando à autonomia destes trabalhadores diante dos processos de trabalho e o fortalecimento destes empreendimentos coletivos, ou seja, contribuindo para o desenvolvimento dos processos sociais. Acredita-se que essa política pública de Economia Solidária irá contribuir de forma muito significativa aos empreendimentos de geração de trabalho e renda, pois se constitui, enquanto política, em uma das formas de combater as manifestações da questão social, o modelo excludente e desigual que é o proeminente no sistema capitalista. Desse modo, de gera trabalho e renda faz com que haja a melhoria na qualidade de vida desse sujeitos.

1 Trabalho de Conclusão de Curso

2 Bacharel em Serviço Social pela UNIJUÍ